ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

# COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

## ATA NÚMERO 37/XIII/ 1.ª SL

Aos 25 dias do mês de maio de 2016, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 9 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Confirmação da votação indiciária do Texto Final relativo às iniciativas legislativas sobre a Reposição das 35 horas na Administração Pública;

2. Apresentação da nova Metodologia de Escrutínio das Iniciativas Europeias por Deputados da CAE;

3. Deliberação sobre o pedido de cedência da Sala do Senado e parceria da AR (8.ª e 10.ª Comissões)_para o dia 22 de setembro 2016 pela ACAPO;

4. Deliberação sobre o pedido de cedência da Sala do Senado_para o dia 18 outubro 2016, 15h00 pela Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN);

5. Deliberação sobre a Carta da Comissão Nacional de Trabalhadores do Novo Banco;

6. Outros assuntos:
   - Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do BE para audição, com caráter de urgência, do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre exercício à greve e despedimento coletivo no porto de Lisboa

---

1. Confirmação da votação indiciária do Texto Final relativo às iniciativas legislativas sobre a Reposição das 35 horas na Administração Pública;

O Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) solicitou o adiamento deste ponto para a próxima reunião, atendendo a que nem sequer se realizou qualquer votação indiciária.

O Senhor Deputado Álvaro Batista (PSD), antes de manifestar a posição do Grupo Parlamentar do PSD a respeito daquela solicitação, interpelou a Senhora Deputada Wanda Guimarães sobre o motivo que levou ao adiamento da reunião do grupo de trabalho que estava marcada para as 16,30 horas do dia anterior, tendo presente que numa notícia do Jornal de Negócios do dia anterior já se dizia: "PS adia votação e ganha tempo para negociar 35 horas".

A Senhora Deputada Wanda Guimarães (PS) explicou desconhecer a notícia a que foi feita referência e que o desagendamento da reunião do grupo de trabalho foi dado a conhecer em tempo útil. Por outro lado, clarificou que nada obstava a que a votação, na especialidade, ocorresse naquela reunião.

Face à proposta feita, a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) disse estar disponível para que a votação, na especialidade, das iniciativas em causa tenha lugar em reunião de Comissão, com a consequente anulação da reunião do grupo de trabalho.

O Senhor Deputado Filipe Lobo D'Ávila (CDS-PP), agradecendo as explicações dadas, e sem querer comentar notícias, fez uma observação relativamente aos procedimentos seguidos pela Comissão: demonstrou disponibilidade para fazer a discussão proposta em reunião de Comissão mas disse já não estar disponível para procedimentos atabalhoados ao ritmo a que a maioria que apoia o Governo deseja imprimir, à medida dos entendimentos que consegue ou não fazer.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) realçou que os grupos parlamentares têm a qualquer momento a possibilidade de suscitarem o adiamento da votação de iniciativas da sua autoria e disse estar de acordo com o adiamento proposto para a próxima reunião.

O Senhor Presidente concluiu então que aquele ponto ficava adiado para a próxima reunião da Comissão.

2. Apresentação da nova Metodologia de Escrutínio das Iniciativas Europeias por Deputados da CAE;

Esta apresentação, que teve por base um *powerpoint*, foi feita pela Senhora Deputada Isabel Pires (BE), que esclareceu que a ausência do Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) se ficou a dever a um contratempo, razão pela qual não se encontrava presente, como estava previsto inicialmente.

Finda a apresentação, os Senhores Deputados António Carlos Monteiro (CDS-PP), Clara Marques Mendes (PSD) e Sónia Fertuzinhos (PS) agradeceram a apresentação e as informações trazidas e propuseram que o *powerpoint* fosse distribuído pelos Senhores Deputados da Comissão.

3. Deliberação sobre o pedido de cedência da Sala do Senado e parceria da AR (8.ª e 10.ª Comissões)_para o dia 22 de setembro 2016 pela ACAPO;

4. Deliberação sobre o pedido de cedência da Sala do Senado_para o dia 18 outubro 2016, 15h00 pela Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN);

Relativamente aos pontos 3. e 4. o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) disse nada ter a opor, muito embora se trate de uma matéria relativamente à qual a Comissão não dispõe de todos os dados necessários para se pronunciar.

Também o Senhor Deputado António Carlos Monteiro (CDS-PP) disse que, em seu entender, como já tinha referido na anterior reunião, aquela matéria vai para além dos poderes da Comissão. Havendo insistência para que seja tomada uma posição, a resposta é um sim condicional.

Também a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) se associou a essa tomada de posição.

O Senhor Deputado José Soeiro (BE) disse que o parecer do GP do BE sobre a realização daquelas iniciativas é positivo, desde que não comprometa a Comissão.

O Senhor Presidente lembrou que já em momento anterior tinha questionado o Senhor Presidente da Assembleia da República a respeito da necessidade de as Comissões se pronunciarem sobre a cedência de espaços da Assembleia. Considerando que já foi aprovado um regulamento sobre a cedência de espaços da AR, aqueles pontos são apreciados pelas Comissões porque esse regulamento o determina. Sugeriu que o Gabinete do PAR fosse informado de que a Comissão nada tem a opor.

5. Deliberação sobre a Carta da Comissão Nacional de Trabalhadores do Novo Banco;

Foi deliberado por consenso remeter ao Governo, através do Gabinete do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, a carta da Comissão Nacional de Trabalhadores do Novo Banco, não obstante já ter sido dirigido em momento anterior idêntico ofício, que mereceu uma resposta por parte do Ministério das Finanças no sentido de que os elementos solicitados não podiam ser facultados por serem confidenciais.

6. Outros assuntos:
    - Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do BE para audição, com caráter de urgência, do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre exercício à greve e despedimento coletivo no porto de Lisboa

O Senhor Deputado José Soeiro (BE) apresentou o requerimento, que foi aprovado por unanimidade, propondo que a referida audição pudesse ter lugar até ao dia 16 de junho.

O Senhor Presidente disse que a visita de trabalho ao distrito de Braga dos passados dias 22 e 23 de maio correu muito bem e que oportunamente o respetivo relatório seria presente à Comissão para poder ser apreciado.

Apelou de seguida à participação por parte de todos os Senhores Deputados na audição parlamentar que vai ter lugar no próximo dia 31 de maio, com início às 15h30, no Centro de Atendimento ao Cidadão da Assembleia da República, sobre Prevenção,

integração e acompanhamento de pessoas sem-abrigo tendo em conta a Estratégia Nacional de Pessoas Sem-Abrigo 2009-2015.

A reunião foi gravada, constituindo a gravação áudio parte integrante da presente ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

A reunião foi encerrada às 12:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 junho 2016.

O PRESIDENTE

FELICIANO BARREIRAS DUARTE

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

# COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

## ATA NÚMERO 37/XIII/ 1.ª SL

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Carlos Monteiro
Carla Barros
Clara Marques Mendes
Feliciano Barreiras Duarte
Filipe Lobo D' Ávila
Isabel Pires
Joana Barata Lopes
Joaquim Raposo
José Moura Soeiro
Maria das Mercês Borges
Pedro Roque
Rita Rato
Sónia Fertuzinhos
Tiago Barbosa Ribeiro
Wanda Guimarães
Álvaro Batista
Francisco Rocha
Joana Mortágua
José Rui Cruz

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carla Tavares
Rui Riso
Sofia Araújo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Ricardo Bexiga
Sandra Pereira
Susana Lamas